



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

### O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA: AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA CIDADE DE PACOTI- CEARÁ.

Káritas Shelly Luz Alves<sup>1</sup>; Sande Maria Gurgel D'Ávila<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Graduanda do curso de Economia Doméstica, Universidade Federal do Ceará, karithasl@hotmail.com.*

<sup>2</sup> *Professora Adjunto IV do Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal do Ceará, sandedavila@yahoo.com.br*

#### RESUMO

Esta pesquisa trata-se de um estudo feito com um grupo de mulheres beneficiárias do programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família, com o objetivo de avaliar seus impactos sobre a qualidade de vida das mesmas, por meio de uma discussão dialogada sobre as mudanças ocorridas em suas vidas a partir da inserção no programa. Esse acompanhamento foi realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em Pacoti, CE, junto às famílias beneficiadas. Várias questões foram abordadas, dentre elas, as relações de gênero no âmbito doméstico, com destaque para a pergunta: Como as mulheres se sentiam sendo as responsáveis por suas famílias, pelas condicionalidades do programa e pela gestão financeira do recurso recebido? O que mudou em suas vidas em relação a sua imagem como provedora da família? Para as mulheres as mudanças foram significativas pela independência financeira gerada, em não ter que depender exclusivamente do salário do marido/companheiro; por ter gerado mais respeito dentro do grupo familiar em relação ao desempenho de papéis; por entender que os recursos seriam mais bem aplicados pela sua gerencia e não a do homem, atendendo de forma mais eficiente as necessidades e demandas da família. Por outro lado, se sentiram mais sobrecarregadas com as atividades inerentes ao atendimento das condições exigidas pelo PBF.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas, Família, Relações de Gênero.

#### INTRODUÇÃO

O tema Família vem sendo pesquisado ao longo dos anos por estudiosos de diversas categorias profissionais, que destacam as mudanças ocorridas em sua composição e em seus modos de estabelecer suas relações internas e com a sociedade de modo geral. O processo de desenvolvimento e globalização tem inferido na vida social e familiar, a partir das mudanças socioeconômicas, políticas e culturais que as nações vivenciam. A globalização tem provocado também um olhar mais focado para os problemas sociais, dentre eles, a pobreza e



## **XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES**

as desigualdades sociais. Isso leva a reflexão sobre os desafios para se alcançar a inclusão social tendo como foco o estado de vulnerabilidade de populações, o que se constitui em situação de violação de direitos humanos. Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. (BRASIL, 2014)

Considerando que não existe um modelo de família padrão, as discussões passaram a acontecer em torno do conceito “famílias”, considerando que independente dos seus arranjos ou rearranjos, é a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes (GOMES; PEREIRA, 2005).

Com um novo cenário mundial, principalmente no Brasil, se fez necessário pensar nas famílias, e na inclusão social das mesmas, com políticas públicas de inclusão. Segundo Pochmann (2003), o Brasil tem sido cada vez mais identificado como um país de referência internacional no campo da desigualdade, marcada por enorme contradição nacional. Entretanto, deve-se pensar em políticas em que além da desigualdade econômica, o desenvolvimento humano também seja superado.

Muitas são as políticas públicas voltadas para a família, como, os programas de transferência de renda, programas de assistência familiar, estas com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das famílias. Entretanto, é imprescindível uma análise de como essas políticas públicas são repassadas, e como são recepcionadas pelas famílias. E se estas alcançaram e estão alcançando seus objetivos. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único.

A partir desse interesse, realizamos esse estudo com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), na cidade de Pacoti, Ceará. A cidade está localizada a aproximadamente 90 quilômetros de distância da capital do estado do Ceará (Fortaleza), fazendo parte do Maciço de Baturité. De acordo com o relatório de informações sociais, na cidade de Pacoti, 2.975 famílias estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). O PBF



## **XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES**

beneficiou, em setembro de 2014, 1.700 famílias, que recebem benefícios com valor médio de R\$ 147,77. (BRASIL. 2014).

O estudo teve como objetivo avaliar os impactos do PBF e discutir sobre a qualidade de vida dessas famílias, observando as mudanças ocorridas após sua inserção no programa, assim como o acompanhamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) junto às famílias beneficiadas. Para tal, realizamos todos os procedimentos necessários a aproximação com o grupo de mulheres para a coleta de informações e posterior análise e discussão dos resultados.

Essa ação tem importância no momento atual e nos remete ao que declaram Guimarães e Almeida (2005), sobre o momento político e social em que vivemos ser particularmente significativo. Há hoje, uma tendência consolidada apontando a necessidade de se conhecerem e criarem ações para intervir nas contradições e hiatos sociais da sociedade brasileira.

### **METODOLOGIA**

Utilizamos a pesquisa qualitativa para compreender as diversas situações das famílias beneficiadas pelo PBF, ressaltando o que afirma Godoy (1995) sobre a pesquisa qualitativa ter como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural, além de valorizar o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação estudada. Destacamos também o pensamento de Guimarães e Almeida (2005), quando afirmam que a metodologia deve buscar o princípio básico de elevar a família à condição de parceira dos programas sociais.

Inicialmente realizamos um estudo bibliográfico sobre os Programas de Transferência de Renda, com foco especial sobre o Programa Bolsa Família (PBF). Em seguida buscamos conhecer as atividades desenvolvidas pelo CRAS em relação ao acompanhamento com as famílias, principalmente as beneficiárias do PBF.

O trabalho de campo se desenvolveu nas instalações do CRAS/Pacoti, com mulheres beneficiárias do PBF, que estão ligadas ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Família (PAIF). Os dados foram coletados a partir da observação das atividades das mulheres, no momento da realização de oficinas para geração de trabalho e renda (atividades de responsabilidade da equipe do CRAS), aplicação de questionários e realização de grupos focais, com foco nas narrativas das beneficiárias. Foram abordadas questões relacionadas às relações de gênero no âmbito doméstico, aos sentimentos das mulheres em relação à responsabilidade econômico/financeira da família, as mudanças ocorridas na família a partir da inserção nesse programa. De posse das informações foram realizadas as análises.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente apresentamos a caracterização do grupo pesquisado. Participaram do estudo dezessete mulheres, com faixa etária e escolaridade variada. As idades variam entre 17 a 60 anos. Das dezessete mulheres, seis possuem o Ensino Fundamental incompleto; dois, o Fundamental Completo; uma, o Ensino Médio incompleto; sete, possuem o Ensino Médio completo e uma Ensino Superior completo.

A enorme heterogeneidade entre os níveis de escolaridade dos indivíduos representa a principal fonte da desigualdade salarial brasileira. A escolaridade média de um brasileiro é em torno de 6 anos de estudo. No entanto, a educação há alguns anos não era parte da estratégia no país (HENRIQUES, 2003)

Em relação ao local de moradia, se dividem entre o rural e o urbano, considerando rural a moradia nos sítios e comunidades da região. A maioria mora na área rural.

Quanto ao número de filhos, sete das mulheres possuem um filho; três mulheres, dois filhos; o restante possui de três a dez filhos. O tema da maternidade esteve muito presente nas conversas das mulheres nos momentos de encontros, destacando a riqueza de suas histórias de vida.

Carloto (2008) afirma que:

Por meio do papel de mãe, a mulher de baixa renda tem sido um dos alvos primordiais para melhorar o bem estar da família, especialmente das crianças. A premissa básica é que não só as mulheres são mais confiáveis como mães, como são mais confiáveis que os homens na aplicação correta do benefício e tão ou mais capazes do que eles, garantindo assim a eficácia dos programas.



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Esses momentos se revelaram importantes para as mulheres, caracterizando-se como oportunidade de descontração, de conversa, conhecimento e compartilhamento de histórias, sonhos e experiências, encontros que vão além da produção do material. Isso era compartilhado com outras amigas levadas ao grupo para enriquecer o encontro.

As falas revelaram que as mulheres não possuem renda fixa, estando em uma situação de vulnerabilidade. Algumas trabalham como domésticas em casas de família, outras realizam o trabalho doméstico em suas próprias casas. As que são casadas ou vivem com um parceiro, na maioria, os conjugues também não possuem renda fixa, trabalham como biscoiteiros. A condição financeira das famílias pode indicar que o programa de transferência de renda, torna-se indispensável na vida dessas famílias, pois auxilia na compra de alimentos, e na satisfação de outras necessidades como vestuário, educação e manutenção da casa.

A importância do PBF está firmada a partir de três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (BRASIL, 2014).

As mulheres se mostraram conhecedoras das condicionalidades para receber o benefício do PBF e realmente cumprem com o que é exigido delas.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e se, gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. (BRASIL, 2014).



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Atualmente o PBF possui 11 anos, e atende a 13,9 milhões de famílias. Além das condicionalidades atendidas pelas mulheres, é considerado importante para elas serem as titulares do benefício, por muitas vezes a figura do marido, companheiro ou “responsável masculino” está ausente.

A abordagem desse tema provocou uma reflexão sobre as relações de gênero e as relações sociais que as mulheres, pobres, beneficiárias do programa de transferência de renda estão expostas.

Todas as mulheres fazem uma avaliação positiva, fundamentada principalmente na relação histórica hierárquica entre os gêneros.

*Francisca: Ai, meu marido disse que é pra ter um cartão pra ele também.*

*Claudia: O meu não, ele sabe que eu uso para os meninos, nem uso só pra mim, nem uso só pra ele. Tai, esses seis meses o bolsa-família tá ajudando a pagar os óculos do meu filho, vai todo pra ótica, mas os outros seis meses, já vai pra outra coisa.*

*Fátima: O homem só quer ser o bichão, com o cartão no nosso nome fica melhor.*

*Maria: O homem não sabe comprar nada, ele não ia saber administrar o dinheiro. Ia gastar com coisas só pra ele, tipo cachaça.*

*Salete: Meu marido num diz nada não, ele sabe que é pra família mesmo. E ai dele se disser algo [em tom irônico].*

É perceptível nas narrativas que a titularidade do PBF sob responsabilidade da mulher, pode configurar a relação de poder entre ela e o parceiro, com ampliação do poder das mulheres na esfera doméstica, sobretudo no que diz respeito ao uso do dinheiro. As mulheres por muitos anos estiveram excluídas da vida pública, e assim como afirma Rego e Pinzani (2013) na grande maioria das vezes a dificuldade de utilizar suas capacidades humanas argumentativas e persuasivas, por antes sua vida privada era submetida a privações, dominação e exploração.

As mulheres participantes da pesquisa asseguram que a titularidade no programa contribui para mudanças em suas casas, e a grande maioria se intitula como responsável da família, pelos direitos e deveres de todo o grupo familiar, bem como das despesas da casa. Entretanto, essa titularidade não garante ampliação de poder e autoridade da mulher perante a



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sociedade, já que as mulheres têm muitos direitos a conquistar, especialmente, por uma equidade de gênero.

O PBF vincula a imagem da mulher a de mãe, como cuidadora, vinculado ao desempenho dos papéis de gênero. Ainda assegura que as condicionalidades do programa são exigidas notadamente das mulheres, e facilitam a ação da política na tarefa de mobilizá-las para o cumprimento das obrigações, as quais são primordialmente consideradas ‘femininas’ (CARLOTO; MARIANO, 2010).

Assim como afirmam também Suárez e Libardoni (2007), a presença do cônjuge, na maioria dos grupos domésticos, não influi muito quanto ao cumprimento das condicionalidades porque a postura da mãe pesa mais do que a do pai na tomada de decisões referentes à educação, saúde e tudo que tenha a ver relação com a criação dos filhos.

Para Costa (2008) os papéis desempenhados por homens e mulheres – e rigidamente expressos em determinadas situações sociais – produzem assim efeitos de curto e longo prazos sobre as assimetrias de gênero, e tende a contribuir para o incremento da autonomia feminina.

A relativa autonomia financeira proporcionada pela titularidade da mulher na gestão do benefício se configura como uma via possível de libertação dessas relações de submissão (PAULA, 2010).

Mesmo sob os diferentes pontos que são abordados, a titularidade feminina expressa um consenso seja do ponto de vista da lógica governamental formuladora da política, seja do ponto de vista das beneficiárias (COSTA, 2008).

Para Sarti (2005) nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica do lar, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e ela pode de fato assumir o papel do homem “chefe de família” e definir-se como tal. Assim como as mulheres da pesquisa se assumem. A autora ainda afirma que:

É importante, na formulação de políticas sociais, manter o foco na família – homens, mulheres e crianças –, entendida em sua dimensão de rede. No mundo simbólico dos pobres, a família tem precedência sobre os indivíduos, e a vulnerabilidade de um de seus membros implica enfraquecer o grupo como um todo.



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

As políticas públicas foram pensadas para famílias, e avançaram no sentido de desigualdades, e poder aquisitivo, pois, muitas famílias saíram da zona de extrema pobreza. Como se pode perceber nas narrativas das entrevistas, em que citam as melhorias que fizeram em suas moradias, com um tom de felicidade. Algumas falam que construíram suas casas com ajuda do benefício, “*morava em outro sítio, aí me mudei pra esse, e consegui construir minha casa*”. Outras disseram que aumentaram compartimento, colocaram reboco, compras de eletrodomésticos. Além da casa, as que possuem meio de transporte afirmam que o benefício foi de grande ajuda durante o pagamento das parcelas. E também priorizam a compra e o consumo de alimentos considerados básicos e de baixos preços, capazes de propiciar a saciedade e a provisão de energia, pelo consumo de alimentos “fortes” e aqueles mais ligados ao desejo, principalmente o dos filhos. Dessa maneira, o programa teria alcançado o seu objetivo de propiciar melhoria na qualidade de vida dessas famílias.

No entanto, no que se refere ao papel da mulher na sociedade, e no âmbito doméstico, esta política pública não favorece a mulher como detentora de direitos, e sim, como mãe-provedora, mulher responsável pela família, remetendo-se ainda ao sistema patriarcal, no qual a cabe a mulher o trabalho doméstico e a educação dos filhos.

A mulher fica sobrecarregada, pois além das atividades domésticas, precisam atender as condicionalidades dos programas, e participar das atividades do CRAS. Os homens ficam, de certa forma, excluídos dessas responsabilidades. O homem é pensado como indivíduo e não com parte da família, ou numa relação de complementaridade.

Pereira (2006 *apud* CARLOTO, 2008) assegura que a visão tradicional continua em pauta, pois é das mulheres que se espera a renúncia das conquistas no campo do trabalho e da cidadania social, presumindo que o foco central de suas preocupações continua sendo a casa, enquanto a do homem ainda é o local de trabalho.

A invisibilidade do papel da mulher na sociedade, persiste, o que revela ser imprescindível que haja uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, destacando o seu papel não somente na esfera privada.



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na visão das mulheres o Programa Bolsa Família (PBF) modificou realmente as suas condições de vida, trazendo melhorias para todo o grupo familiar. Embora tenham acontecido ganhos, as mulheres não se consideraram a partir de suas inserções nele, detentoras de poder e autoridade na família, sentindo-se mais cobradas e sobrecarregadas por precisarem além de tudo, atender as condicionalidades do programa.

Em termos das mudanças nas relações de gênero na família ainda há um longo percurso a ser percorrido para o alcance da equidade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)> Acesso em: 18 ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Rômulo (Org.). **Avaliação de políticas e programas do MDS - Resultados: Bolsa Família e Assistência Social**. Brasília: Mds, 2007. p. 119-157. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/assistencia-social/2007/avaliacao-de-politicas-e-programas-do-mds-resultados-bolsa-familia-e-assistencia-social.-v.-2/arquivos/avali2.pdf#page=119>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

CARLOTO, Cássia Maria. Família, mulheres e políticas de transferência de renda. In: FORTALEZA. ALVES, Maria Elaene Rodrigues ; VIANA, Raquel (Org.). Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Secretaria Municipal de Assistência Social.



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Políticas para as mulheres em Fortaleza: Desafios para igualdade.** São Paulo: Fundação Friederich Ebert, 2008. p. 123-138.

CARLOTO, Cassia Maria; MARIANO, Silvana. **As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA DE CIDADANIA, 13º, 2010, São Paulo. São Paulo: [?], 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/cassiacarlotoAsmulheresnosprogramasdetransferenciaderenda.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

COSTA, Delaine M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres.** IBASE/REDES/FINEP, 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/29P.pdf>> Acesso em 21 nov. 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades.** **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <<http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/20594/S0034-75901995000200008.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas pública. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 10, n. 2, p.357-363, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). **Família: Redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 127-136.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch (Org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: Unesco, 2003. p. 63-69

PAULA, Luana Rego Colares de. **As significações sobre o programa bolsa família: um estudo com mulheres acompanhadas por Centro De Referência De Assistência Social de Fortaleza.** 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2282>>. Acesso em: 12 ago. 2014

POCHMANN, Marcio. Nova Política de inclusão socioeconômica. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch (Org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: Unesco, 2003. p. 75-89



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

REGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais: Política e Trabalho**, UFPB, n. 38, p.21-42, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Liberdade-dinheiro-e-autonomia.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). **Família: redes, laços e Políticas públicas**. São Paulo: Cortez e IEE: PUC SP, 2005.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/80/163>> Acesso em: 12 ago. 2014.